§ 7º Todas as comunicações feitas pelas entidades referidas no inciso V devem trazer claramente a opção de exclusão da lista de contatos a fim de que não sejam mais enviadas solicitações.

§ 8º As entidades referidas no inciso V devem criar e manter uma lista com os nomes e dados das pessoas que solicitarem a exclusão mencionada no § 7º e certificarem-se de que elas não mais recebam suas solicitações.” (NR)

“Art. 52.
.....

§ 8º Em qualquer hipótese, fica estabelecido o teto de 5 (cinco) salários mínimos como multa máxima às entidades filantrópicas. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 2018, foi instituída para dar maior proteção ao tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, na busca de garantir os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, tendo como fundamentos a autodeterminação informativa, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a inovação, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, dentre outros.

No seu artigo 4º a Lei cria algumas excepcionalidades, não se aplicando quando o tratamento de dados pessoais for realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos e quando for realizado para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos e acadêmicos.

No mesmo diapasão, o inciso III do referido artigo 4º estabelece que a Lei também não será aplicada quando o tratamento de dados pessoais for realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional,

segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

A proposta que ora trazemos ao crivo dos nobres pares busca incluir neste rol de excepcionalidades o tratamento de dados pessoais realizados por entidades filantrópicas desde que em campanha para arrecadação de fundos para manutenção de suas atividades.

Ademais, estabelecemos multa, em qualquer hipótese, de até 5 salários mínimos para tais entidades, no caso de descumprimento da Lei.

Entendemos como justa e desejável a proteção das pessoas no tratamento dos dados pessoais, mas não podemos aceitar que a proteção dos dados se anteponha à necessária proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou sujeitos a todo tipo de violência.

Acreditamos que seria absurda a necessidade de "solicitar autorização a alguém para pedir", ou seja, que a entidade filantrópica, antes de pleitear um donativo, tivesse que requerer a permissão ao doador em potencial para enviar-lhe um pedido de doação.

Não obstante, deixamos expresso no texto da Lei que todas as comunicações feitas pelas entidades filantrópicas devem trazer claramente a opção de exclusão da lista de contatos, sendo facultado àqueles que se sentirem incomodados solicitarem não lhes sejam mais enviados pedidos de contribuição.

As entidades filantrópicas devem, ainda, criar e manter uma lista com os nomes e dados das pessoas que solicitarem a exclusão e certificarem-se de que elas não mais recebam suas solicitações.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos colegas deputados para a propositura em tela.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2020.

Deputado **RICARDO IZAR**
PP/SP